

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA À 2ª EDIÇÃO	7
NOTA PRÉVIA	9
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	13
1. Conceito e pressupostos da justiça constitucional	21
2. Sentido e valor da justiça constitucional	28
CAPÍTULO II – ORIGENS, ANTECEDENTES HISTÓRICOS, JURÍDICOS E POLÍTICOS E LEGITIMIDADE DA JUSTIÇA CONSTITUCIONAL	109
3. A supremacia normativa da Constituição e a necessidade da criação de mecanismos de garantia de observância das suas disposições	109
4. As concepções de HANS KELSEN e de CARL SCHMITT sobre “quem deve ser o guardião da Constituição”	114
5. O problema da legitimidade da justiça constitucional	119
6. Os dois grandes modelos de garantia contenciosa da Constituição e a natureza mista do sistema português de justiça constitucional	133
7. A criação de uma verdadeira e própria jurisdição constitucional em Portugal	141
8. Órgãos da justiça constitucional: o Tribunal Constitucional e a generalidade dos tribunais	144
CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL	149
9. Composição, modo de designação e requisitos de designação dos juizes	149
10. Estatuto dos juizes do Tribunal Constitucional	156
11. Funcionamento do Tribunal Constitucional	162
12. Natureza do Tribunal Constitucional	169
13. Competências do Tribunal Constitucional	171
14. Regime administrativo e financeiro do Tribunal Constitucional	186
CAPÍTULO IV – ÂMBITO, OBJETO E PADRÕES DE FISCALIZAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE	189
15. Âmbito e objeto do controlo de constitucionalidade	189
15.1. Atos normativos objeto de controlo: leis e outros atos normativos do poder público	189

15.2. Noção de norma para o efeito de controlo da constitucionalidade	191
15.3. Norma e preceito normativo	193
15.4. Direito internacional e direito da União Europeia	195
15.5. Omissões legislativas	209
15.6. Propostas de referendo nacional, regional e local	212
15.7. Exclusão dos atos políticos, dos atos administrativos, das decisões jurisdicionais e dos atos jurídico-privados	215
16. Padrões de controlo	228
16.1. A Constituição	228
16.2. Os Tratados Internacionais, Convenções e Pactos Internacionais de carácter geral ou regional sobre os direitos do humanos	235
16.3. As normas interpostas e os casos de inconstitucionalidade e de ilegalidade qualificada	242
CAPÍTULO V – MOMENTOS, MODALIDADES E VIAS PROCESSUAIS DE FISCALIZAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE DE NORMAS JURÍDICAS	
17. Os momentos do controlo	249
18. Os modos do controlo	249
18.1. O controlo abstrato preventivo	249
18.2. O controlo abstrato sucessivo direto ou por via principal	255
18.3. O controlo abstrato por omissão	264
18.4. O controlo concreto ou incidental	265
19. O controlo da constitucionalidade e da legalidade das normas regulamentares	284
19.1. O controlo indireto ou incidental da constitucionalidade e da legalidade das normas administrativas	286
19.2. O controlo abstrato por via principal da constitucionalidade e da legalidade das normas administrativas	291
19.2.1. A declaração de inconstitucionalidade e de ilegalidade com força obrigatória geral das normas administrativas	293
19.2.2. A declaração de inconstitucionalidade e de ilegalidade com efeitos restritos ao caso concreto das normas administrativas e a questão da inconstitucionalidade da norma do nº 2 do artigo 73º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos	299
20. As decisões do Tribunal Constitucional e a responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas	307
20.1. A responsabilidade civil extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas pelos danos decorrentes de ações e omissões legislativas ilícitas	310

20.2. A responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais pessoas coletivas de direito público pelos danos decorrentes de regulamentos inconstitucionais	325
CAPÍTULO VI – CONTEÚDO, VINCULATIVIDADE E EFICÁCIA TEMPORAL DAS DECISÕES DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL	329
21. Conteúdo das decisões	329
21.1. As decisões simples ou extremas	329
21.2. As decisões complexas ou intermédias	331
21.2.1. As decisões interpretativas	332
21.2.2. As decisões de inconstitucionalidade parcial	339
21.2.3. As decisões integrativas ou aditivas	343
21.2.4. As decisões de mera declaração de inconstitucionalidade	347
21.2.5. Decisões apelativas	354
21.2.6. Decisões construtivas e substitutivas	359
21.2.7. Crítica das decisões “manipulativas”	361
22. Vinculatividade das decisões	364
22.1. A vinculatividade das decisões proferidas em controlo “concentrado”	364
22.2. A força de caso julgado	377
22.3. A obrigatoriedade das decisões	379
22.4. A vinculação do Tribunal Constitucional às suas próprias decisões	380
23. Eficácia temporal das decisões	381
23.1. O princípio da eficácia “ex tunc”	382
23.2. A faculdade de delimitação de efeitos	388
23.3. O efeito repristinatório	389
23.4. Limitação dos efeitos “in futuro”	393
CAPÍTULO VII – O TRIBUNAL CONSTITUCIONAL COMO ÓRGÃO ESSENCIAL DA REGULAÇÃO POLÍTICA	401
24. O Tribunal Constitucional, os partidos políticos, as eleições e os referendos	403
25. O Tribunal Constitucional e o princípio da separação horizontal e vertical de poderes	406
26. O Tribunal Constitucional e o Presidente da República	410
27. O Tribunal Constitucional e o poder legislativo	413
28. O Tribunal Constitucional e os tribunais em geral	414
28.1. O Tribunal Constitucional e os tribunais internos da jurisdição comum	415
28.2. O Tribunal Constitucional e os tribunais supranacionais	418
BIBLIOGRAFIA	429
JURISPRUDÊNCIA	451

